

NA ANTE-SALA DA LOJA DE CONSULTAS

Pelo telefone, você marca a consulta. Anota na agenda o horário para daqui a um, dois ou até seis meses. Esforça-se para chegar na hora marcada. A ante-sala está cheia, mas apertando dá. Você esgueira-se para achar um cantinho no sofá em L. Abre uma Manchete, Cláudia ou Veja de dois meses atrás para matar o tempo. Dá uma cochiladinho e, de repente, decide antecipar o pagamento para não adiar o próximo compromisso.

Vigia a porta branca que se abre e fecha até, assustado, ouvir o seu nome. Entra sorridente, relaxado. Afinal, esperar sentado é melhor do que qualquer porta de pronto-socorro ou ambulatório público. Entra, mas a consulta encerra-se de repente. Monossilábica. Receita mal-explicada. Tratamento não resolvido. Foram experiências desse tipo que levaram Helenita, Sílvio e Lina à 507 Norte, na sede do Procon. Eles procuraram clínicas, consultórios ou laboratórios particulares, mas perderam tempo, dinheiro e uma certa dose de esperança nos profissionais liberais da área de medicina em Brasília.

Helenita, Sílvio e Lina receberam a devolução do que haviam pago, mas formaram uma impressão difícil de ser reembolsada. "Eu fiquei muito desacreditado em profissionais desse tipo", confessa Sílvio. "Acho que faltou muito respeito", resume. "Eles tinham que ter reconhecido que o erro foi deles. Não atenderam bem e ficaram me enrolando", afirma Helenita.

Não foi a primeira vez que Helenita sentiu-se assim. Levou a filha doente a vários médicos. Ninguém descobriu nada. Até que conseguiu um diagnóstico em São Paulo: caroço no seio. "Se fosse maligno, ela teria morrido. Foi uma enrolação danada. Diziam que era infecção e deram Benzetacil. Eu acho que o médico particular fica enrolando, acho que para ganhar mais dinheiro", suspeita Helenita.

Quando o paciente procura uma consulta particular ou de convênio, não faz diferença se ele está num hospital ou num edifício comercial. Os maiores hospitais de Brasília, como o Santa Lúcia e o Santa Luzia, são, também, um aglomerado de consultórios, onde os médicos usam apenas o espaço físico.

DESLEIXO E PREGUIÇA

Mas é ali que eles operam seus pacientes, embora não tenham nenhuma interferência sobre as taxas hospitalares — segundo o Sindicato dos Médicos. Funcionária aposentada da Câmara Legislativa, a jornalista Rita Maria Lira, 49 anos, internou-se no São Braz no dia três de janeiro deste ano.

"Entre às 6h de sexta-feira, operei e saí no sábado de manhã cedo. Cobraram R\$ 1.115 pela sala de cirurgia e pela internação num apartamento sem TV e sem comida, porque eu estava em dieta fechada. Só pedi para tomar café da manhã depois que fui liberada, porque eles se esqueceram de me servir. É um negócio escandaloso o que fazem ali."

Não existe uma fiscalização nesses consultórios e laboratórios, que têm um aspecto comercial. No Plano Piloto, paga-se, em média, R\$ 80 pela consulta. Em Taguatinga e no Guará, entre R\$ 40 e R\$ 60. O pouco controle que existe fica por conta dos convênios, que regulam a atenção dada aos seus associados.

Os mesmos convênios criticam a forma de atendimento nas clínicas, como o grande número de exames pedidos. Em média, os médicos recomendam 1,8% exames por consulta. O parâmetro da Organização Mundial de Saúde é de 0,6%. O que parece excesso de zelo pode ser, na verdade, desleixo, preguiça e uma manobra para ganhar mais.



"É um negócio escandaloso", desabafa a jornalista Rita Maria Lira, que pagou R\$ 1.115 por uma internação de 24 horas, sem comida e televisão

Os médicos que atendem convênios chegam a marcar mais de 20 consultas por dia. Algumas duram menos do que 15 minutos. O suficiente para pedir uma batelada de exames.

"O médico hoje é um pedidor de exames", diz, convicto, o deputado federal Alexandre Cardoso (PSB-RJ), formado em Medicina. De acordo com o deputado, 80% dos exames de raios X de tórax não indicam doenças e 60% dos hemogramas dão resultado negativo. O levantamento, em nível nacional, foi feito durante dois anos e revela que muitos testes poderiam ser dispensados se o médico tivesse observado melhor o paciente que estava sentado à sua frente.

APOSTA COMERCIAL

O deputado atribui esse boom de exames a uma rede de interesses econômicos, como o lobby das empresas que fabricam aparelhos médicos. Diariamente, representantes de indústrias e grandes laboratórios passam de consultório em consultório para divulgar um remédio, um kit de exame, um aparelho de ponta para descoberta de diagnóstico. "Isso não vai acabar enquanto as empresas continuarem financiando semi-

nários e conferências na área de Medicina. Eles parecem mais mercado de venda de aparelhos do que um congresso médico", afirma.

"Existe um cruzamento de interesses fantástico", endossa Cláudio Alberto Nascimento, gerente da Unidade de Atendimento da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi), uma espécie de posto de saúde dos servidores da entidade, com 40 médicos. Segundo ele, muitos laboratórios recebem equipamentos em regime de comodato, ou seja, ganham "emprestados" aparelhos sofisticados — e caros. Os kits, é lógico, são vendidos — também mais caros do que os mais antigos. "O custo da máquina é transferido para o kit", afirma Cláudio.

Além de tentar controlar os procedimentos solicitados pelo médico, a Cassi rompeu o convênio com a Associação Médica de Brasília. "Eles passavam o ano inteiro tentando aumentar a tabela de honorários", afirma Joilson Rodrigues Ferreira, diretor-executivo da entidade. Hoje, a Caixa de Assistência escolhe a dedo os profissionais que atendem os seus beneficiários — os usuários têm à disposição um cadastro com

700 hospitais, clínicas, médicos e laboratórios. Em todo o Distrito Federal, existem 5,5 mil médicos registrados no Conselho Regional de Medicina em mais de 41 especialidades.

Nesse miolo, é óbvio, há bons e maus profissionais. "Tem gente que abre a clínica pensando no comércio. Isso acontece", admite o médico ginecologista William César Bento. Com uma ressalva: ele garante que as clínicas têm uma carga tributária pesada. William diz que paga imposto de renda, imposto sobre serviços e mercadorias, além da contribuição para a saúde. Cobra R\$ 80 no Lago Sul e R\$ 40 no Guará, em função da diferença na tributação, como o imposto sobre imóveis, o IPTU.

GRANITO EM SAMAMBAIA

O ginecologista também lembra que a eficiência do médico depende de muita pesquisa e estudo. "A medicina é muito dinâmica. Se você ficar um ano sem intercâmbio com outro profissional, já fica defasado," Ele acredita que falta ética e bom senso a muitos profissionais. "Os médicos têm que pensar no retorno daqui a dez anos. Mas estão pensando no mês que vem".

William participa do projeto de construção de um hospital com cerca de 40 leitos e mais de 10 especialidades em Samambaia. Apesar do prédio ter acabamento em mármore, gesso e granito, o médico garante que a ordem será reduzir preços para atender a população carente.

O proprietário do empreendimento, o anestesista Orlando Gomes de Souza, diz que já investiu R\$ 1,5 milhão e que deve cobrar em torno de R\$ 20 a consulta. "A vantagem será atender mais gente, melhor e ganhar no volume", explica.

"É muito difícil para o ser humano pagar pela sua saúde. Quando ele está doente, fica carente. É difícil ele perceber que a medicina é uma profissão que tem que ser paga", afirma Glaine Chaves de Souza, diretora administrativa do Sindicato dos Médicos de Brasília. "Não é regra, mas quem faz um sacrifício enorme para pagar, paga muito mais agradecido do que o paciente de nível financeiro mais elevado", acrescenta.

LEIA AMANHÃ

Os excluídos que buscam salvação na rede pública